



Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

Termo de Referência
Processo Administrativo nº 3174/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material de Consumo, sendo Materiais Hidráulicos, Elétricos, Ferramentas e Materiais para Construção, destinado a necessidade Autarquia Municipal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Nova Brasilândia D'Oeste - Ro, por meio do procedimento de Registro de Preços na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 – AMPLA CONCORRÊNCIA

Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total (R\$)
1	KIT CAVALETE PVC SIMPLES 1/2 COM REGISTRO	UNID	300	R\$ 206,33	R\$ 61.899,00
2	TUBOS DE PVC PBA CLASSE 15 JEI MARROM 60MM BARRA COM 06 METROS	UNID	225	R\$ 328,67	R\$ 73.950,75
3	TUBOS DE PVC OCRE JEI NBR7362 DN 110 MM BARRA COM 06 METROS	UNID	375	R\$ 2.205,00	R\$ 826.875,00
4	TUBO DE PVC JEI 110 MM MARROM PARA AGUA	UNID	150	R\$ 1.308,33	R\$ 196.249,50
5	TUBOS DE PVC OCRE 150MM JEI NBR 7362 DN, BARRA COM 06 METROS	BARRA	300	R\$ 1.211,67	R\$ 363.501,00

LOTE 02 – LOTE EXCLUSIVO

Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total (R\$)
6	ADESIVO 175 GRAMAS COLA CANO	UNID	200	R\$ 30,55	R\$ 6.110,00





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

7	ALAVANCA LISA MACIÇA EM FERRO TIPO PONTEIRO 7/8 1,50m	UNID	4	R\$ 402,67	R\$ 1.610,68
8	ALICATE DE PRESSÃO 10 POLEGADAS	UNID	4	R\$ 97,25	R\$ 389,00
9	BARRA DE VERGALHÃO 12 METROS 4MM	UNID	40	R\$ 29,16	R\$ 1.166,40
10	BARRA DE VERGALHÃO 12MM COM 12 METROS	UNID	30	R\$ 166,67	R\$ 5.000,10
11	CABO FLEXIVEL 16MM ROLO COM 100 METROS	ROLO	2	R\$ 2.653,33	R\$ 5.306,66
12	CABO FLEXIVEL 10MM ROLO COM 100 METROS	ROLO	4	R\$ 1.597,25	R\$ 6.389,00
13	Capas de chuva em PVC com forro tamanho GG	UNID	20	R\$ 46,30	R\$ 926,00
14	CAP ROSCAVEL DE ½ POLEGADA	UNID	250	R\$ 3,43	R\$ 857,50
15	CAP SOLDAVEL DE 40 MM	UNID	100	R\$ 7,05	R\$ 705,00
16	CAP SOLDAVEL DE 60MM	UNID	300	R\$ 17,51	R\$ 5.253,00
17	Cimento CP IV 32 RS - 50 kg	UNID	300	R\$ 77,23	R\$ 23.169,00
18	COLAR DE TOMADA PVC TRAVA ROSCA DE 60MM X1/2 POLEGADA	UNID	300	R\$ 24,60	R\$ 7.380,00
19	COLAR DE TOMADA PVC TRAVA ROSCA DE 60MM X 3/4 POLEGADA	UNID	50	R\$ 32,80	R\$ 1.640,00
20	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO 200MM SAIDA 1/2 POLEGADA	UNID	30	R\$ 578,33	R\$ 17.349,90
21	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO 150MM SAIDA 1/2 POLEGADA	UNID	30	R\$ 311,33	R\$ 9.339,90
22	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO 100MM SAIDA 1/2 POLEGADA	UNID	30	R\$ 233,33	R\$ 6.999,90
23	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO 150MM SAIDA 3/4 POLEGADA	UNID	10	R\$ 326,67	R\$ 3.266,70
24	COLAR DE TOMADA PVC TRAVA ROSCA DE 110MM X 1/2 POLEGADA	UNID	30	R\$ 68,33	R\$ 2.049,90
25	COLAR TOMADA PVC TRAVA ROSCA DE 75MM X 1/2 POLEGADA	UNID	5	R\$ 37,00	R\$ 185,00
26	CURVA LONGA DE PVC JEI 150MM AZUL DE IMPA	UNID	10	R\$ 910,00	R\$ 9.100,00
27	CURVA LONGA DE PVC 0CRE 45° JEI DN 110 MM	UNID	15	R\$ 323,33	R\$ 4.849,95
28	CURVA LONGA DE PVC 0CRE 45° JEI DN 200MM	UNID	100	R\$ 391,67	R\$ 39.167,00
29	CURVA LONGA DE PVC 0CRE 45° JEI DN 150 MM	UNID	100	R\$ 356,00	R\$ 35.600,00
30	CURVA LONGA PVC CLASSE 15 JEI MARROM 60MM	UNID	150	R\$ 68,17	R\$ 10.225,50
31	DISCO PLASTICO PARA SUPRESSÃO/CORTE DE AGUA NO INTERIOR DO HIDRÔMETRO DE 3/4 (HÓSTIA), COM 2MM DE ESPESSURA	UNID	1.000	R\$ 5,27	R\$ 5.270,00
32	DISCO PLASTICO PARA SUPRESSÃO/CORTE DE AGUA NO INTERIOR DO HIDRÔMETRO DE 1/2 (HÓSTIA), COM 2MM DE ESPESSURA	UNID	800	R\$ 5,27	R\$ 4.216,00
33	Enxadas larga/virada 2 ½ Libras com cabo	UNID	10	R\$ 73,80	R\$ 738,00
34	GROSA DE 10 POLEGADAS	UNID	15	R\$ 48,10	R\$ 721,50





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

35	HIDROMETROS MEDIDOR DE ÁGUA UNIJATO ½ POLEGADA DN 20 QN 1,5M³ HORA + KIT CONEXÕES	UNID	300	R\$ 183,67	R\$ 55.101,00
36	HIDROMETROS MEDIDOR DE ÁGUA UNIJATO 3/4 POLEGADA DN 20 QN 1,5M³ HORA + KIT CONEXÕES	UNID	200	R\$ 183,67	R\$ 36.734,00
37	JOELHO 90° PVC ROSCAVEL DE 1/2 POLEGADA	UNID	500	R\$ 2,89	R\$ 1.445,00
38	JOELHO 90° PVC ROSCAVEL DE 3/4 POLEGADA	UNID	300	R\$ 4,53	R\$ 1.359,00
39	JOELHO 90° SOLDAVEL 60MM	UNID	200	R\$ 50,20	R\$ 10.040,00
40	JOGO DE CHAVES COMBINADA DE 8MM ATE 32MM	UNID	1	R\$ 147,80	R\$ 147,80
41	KIT CAVALETE PVC SIMPLIS 3/4 COM REGISTRO	UNID	200	R\$ 206,33	R\$ 41.266,00
42	LAJOTA TAMANHO 12 X 24 CM 6 FUROS	UNID	5.000	R\$ 1,76	R\$ 8.800,00
43	LÂMINA DE SERRA CORTAR FERRO MANUAL	UNID	100	R\$ 13,63	R\$ 1.363,00
44	LACRE VERMELHO ANTI FRAUDE 1/2, PARA UTILIZAÇÃO EM HIDRÔMETRO	UNID	1.000	R\$ 6,20	R\$ 6.200,00
45	LACRE VERMELHO ANTI FRAUDE 3/4, PARA UTILIZAÇÃO EM HIDROMETRO	UNID	1.000	R\$ 6,20	R\$ 6.200,00
46	LUVA DE CORRER 60MM	UNID	200	R\$ 127,67	R\$ 25.534,00
47	LUVA ROSCAVEL DE ½ POLEGADA	UNID	600	R\$ 5,76	R\$ 3.456,00
48	LUVA SOLDAVEL 20MM	UNID	300	R\$ 1,97	R\$ 591,00
49	LUVA SOLDAVEL 40MM	UNID	100	R\$ 10,72	R\$ 1.072,00
50	LUVAS ROSQUEAVEL ¾	UNID	300	R\$ 5,93	R\$ 1.779,00
51	LUVAS REDUÇÃO ROSQUEAVEL 3/4 X 1/2	UNID	300	R\$ 7,68	R\$ 2.304,00
52	LUVA DE CORRER JEI 110 MM MARROM PARA AGUA	UNID	50	R\$ 245,67	R\$ 12.283,50
53	LUVA DE CORRER PVC DEFOFO JEI 150MM IMPA COR AZUL COM ANEL DE VEDAÇÃO CHATA	UNID	50	R\$ 404,00	R\$ 20.200,00
54	LUVA DE CORRER PVC DEFOFO JEI 200MM IMPA COR AZUL COM ANEL VEDAÇÃO CHATA	UNID	50	R\$ 1.160,00	R\$ 58.000,00
55	MARRETA DE 1,5 KG COM CABO DE MADEIRA	UNID	2	R\$ 40,67	R\$ 81,34
56	MARTELO CABO DE FIBRA 27MM	UNID	2	R\$ 76,25	R\$ 152,50
57	PACOTES DE LIXA N° 120 CAIXA COM 50 UNIDADES	UNID	10	R\$ 266,00	R\$ 2.660,00
58	PÁ DE BICO N° 03 COM CABO	UNID	10	R\$ 61,23	R\$ 612,30
59	PARES DE LUVA VAQUETA	UNID	20	R\$ 49,33	R\$ 986,60
60	PARES DE BOTAS GALOCHA EVA CANO LONGO N°42	UNID	20	R\$ 168,67	R\$ 3.373,40
61	PARES DE BOTAS GALOCHA EVA CANO LONGO N°43	UNID	20	R\$ 169,67	R\$ 3.393,40
62	PARES DE LUVA PVC VERDE LONGA TAMANHO GG	UNID	30	R\$ 55,00	R\$ 1.650,00
63	PEDRA BRITA N° 2	M3	40	R\$ 429,63	R\$ 17.185,20
64	PEDRA RACHÃO	M3	40	R\$ 455,30	R\$ 18.212,00
65	PEDRISCO DE BRITA	M3	50	R\$ 468,33	R\$ 23.416,50
66	Picareta alvião tamanho N° 04 com cabo	UNID	12	R\$ 155,67	R\$ 1.868,04





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

67	PINCEL 2 POLEGADAS	UNID	10	R\$ 9,53	R\$ 95,30
68	PREGO 18 X 27	KG	40	R\$ 21,23	R\$ 849,20
69	REGISTRO DE FERRO FUNDIDO GAVETA COM BOLSA JEI DE 110MM PARA AGUA	UNID	2	R\$ 4.866,67	R\$ 9.733,34
70	REGISTRO DE FERRO FUNDIDO GAVETA COM COM BOLSA JEI DE 150MM	UNID	5	R\$ 7.633,33	R\$ 38.166,65
71	REGISTRO SOLDAVEL DE ESFERA MONOBLOCO 3/4 POLEGADAS	UNID	50	R\$ 16,73	R\$ 836,50
72	REGISTRO ROSQUEAVEL DE ESFERA MONOBLOCO 1/2 POLEGADAS ROSCA EXTERNA	UNID	1.000	R\$ 25,10	R\$ 25.100,00
73	REGISTRO ROSCAVEL DE ESFERA MONOBLOCO 3/4 ROSCA EXTERNA	UNID	200	R\$ 35,57	R\$ 7.114,00
74	REGISTRO SOLDÁVEL DE ESFERA MONOBLOCO 60MM	UNID	100	R\$ 59,73	R\$ 5.973,00
75	TARRACHA ¾ POLEGADA	UNID	15	R\$ 45,73	R\$ 685,95
76	TARRACHA DE ½ POLEGADA	UNID	15	R\$ 56,40	R\$ 846,00
77	TE JEI 110MM MARROM	UNID	20	R\$ 303,00	R\$ 6.060,00
78	TE JEI 75MM MARROM	UNID	20	R\$ 176,00	R\$ 3.520,00
79	TRENA DE 5 METROS	UNID	4	R\$ 45,50	R\$ 182,00
80	TE SOLDAVEL 60MM	UNID	100	R\$ 48,50	R\$ 4.850,00
81	TE JEI PBA 60MM	UNID	100	R\$ 44,00	R\$ 4.400,00
82	TE JUNTA ELASTICA INTEGRADA DN 110MM PN 1MPA	UNID	30	R\$ 386,67	R\$ 11.600,10
83	TUBOS DE PVC AZUL JEI DN 1MPA150 MM	UNID	20	R\$ 1.193,00	R\$ 23.860,00
84	TUBOS DE PVC AZUL JEI DN 1MPA 200 MM	UNID	20	R\$ 2.235,00	R\$ 44.700,00
85	Tubos de PVC esgoto branco DN100MM, barras com 06 metros cada	BARRA	100	R\$ 139,73	R\$ 13.973,00
86	TUBOS DE PVC SOLDAVEL DE 40MM BARRA COM 06 METROS	UNID	100	R\$ 126,67	R\$ 12.667,00
87	TUBOS DE PVC SOLDAVEL DE 32MM BARRA COM 06 METROS	UNID	100	R\$ 90,67	R\$ 9.067,00
88	TUBOS PVC ROSQUEAVEL DE 1/2 POLEGADA BARRA COM 06 METROS	UNID	100	R\$ 161,33	R\$ 16.133,00
89	TUBOS DE PVC OCRE JEI NBR7362 DN 200 MM BARRA COM 06 METROS	UNID	30	R\$ 1.688,33	R\$ 50.649,90
90	TUBOS DE PVC OCRE JEI NBR7362 DN 250 MM BARRA COM 06 METROS	UNID	20	R\$ 2.873,33	R\$ 57.466,60
91	TUBOS DE PVC OCRE JEI NBR7362 DN 300 MM BARRA COM 06 METROS	UNID	10	R\$ 4.826,67	R\$ 48.266,70
92	UNIÃO ROSCAVEL DE 1/2 POLEGADA	UNID	400	R\$ 17,00	R\$ 6.800,00
93	UNIÃO ROSCAVEL DE 3/4 POLEGADA	UNID	200	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00
94	CABO FLEXIVEL 4 MM ROLO COM 100 METROS	MT	2	R\$ 703,75	R\$ 1.407,50
95	TUBOS DE PVC PBA 75 MM JEI PARA AGUA MARROM	UNID	15	R\$ 525,00	R\$ 7.875,00
96	VEDA ROSCA 18MM X 25METROS	UNID	600	R\$ 14,66	R\$ 8.796,00
97	TUBOS PEAD 1/2 COR AZUL COM ROLO DE 100 METROS		4.000	R\$ 11,03	R\$ 44.120,00
98	TUBOS PEAD 3/4 COR AZUL COM ROLO DE 100 METROS	MT	1.000	R\$ 15,68	R\$ 15.680,00
99	HIDROMETRO MULTIJATO DN 40 QN10M³/H - QMAX + CONEXÃO	UNID	10	R\$ 1.465,00	R\$ 14.650,00





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

100	UNIAO PP P/PEAD DN 20MM X 1/2 RM PN 16	UNID	500	R\$ 46,33	R\$ 23.165,00
101	ADAPTADOR PP P/PEAD DN 20MM X 1/2 RM PN16	UNID	500	R\$ 46,33	R\$ 23.165,00
102	ADAPTADOR PP P/PEAD DN 20MM X 3/4 RM PN16	UNID	200	R\$ 46,33	R\$ 9.266,00
103	COTOVELO DE 1/2,90° PARA TUBO PEAD MACHO/FEMEA	UNID	500	R\$ 46,33	R\$ 23.165,00
104	COTOVELO DE 3/4,90° PARA TUBO PEAD MACHO/FEMEA	UNID	200	R\$ 46,33	R\$ 9.266,00
105	TE DE COMPRESSÃO PP PARA TUBO PEAD 1/2	UNID	500	R\$ 86,67	R\$ 43.335,00
106	TE DE COMPRESSÃO PP PARA TUBO PEAD 3/4	UNID	200	R\$ 86,67	R\$ 17.334,00
107	EXTREMIDADE (TUBETE) DE DN 1/2 EM PVC, EXTREMIDADE EM PVC RIGIDO, PARA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FRIA, PORCA COM BUCHA DE LATÃO E ANEL DE VEDAÇÃO	UNID	500	R\$ 62,00	R\$ 31.000,00
108	EXTREMIDADE (TUBETE) DE DN 3/4 EM PVC, EXTREMIDADE EM PVC RIGIDO, PARA DISTRIBUIÇÃO DE AGUA FRIA, PORCA COM BUCHA DE LATÃO E ANEL DE VEDAÇÃO	UNID	200	R\$ 62,00	R\$ 12.400,00
109	TE PVC ROSCA 1/2 COM SEGUINTE CARACTERÍSTICAS ROSCA NAS 3 EXTREMIDADES	UNID	500	R\$ 8,60	R\$ 4.300,00
110	TE PVC ROSCA 3/4 COM SEGUINTE CARACTERÍSTICAS ROSCA NAS 3 EXTREMIDADES	UNID	200	R\$ 8,60	R\$ 1.720,00
111	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PVC PARA REGISTRO DE 20MM X 1/2	UNID	200	R\$ 2,33	R\$ 466,00
112	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PVC PARA REGISTRO DE 25MM X 3/4	UNID	200	R\$ 2,00	R\$ 400,00
113	BUCHA RED PVC ROSC 3/4 X 1/2	UNID	300	R\$ 3,02	R\$ 906,00
114	BUCHA RED PVC SOLD CURTA 25X20MM	UNID	150	R\$ 1,32	R\$ 198,00
115	NIPEL PVC ROSCAVEL 1/2	UNID	500	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
116	NIPEL PVC ROSCAVEL 3/4	UNID	200	R\$ 3,22	R\$ 644,00
117	VALVULA RETENÇÃO HORIZONTAL PN16 CORPO EM BRONZE 200 MM	UNID	5	R\$ 4.187,50	R\$ 20.937,50
118	VALVULA RETENÇÃO HORIZONTAL PN16 CORPO EM BRONZE 150 MM	UNID	5	R\$ 3.516,67	R\$ 17.583,35
119	VALVULA RETENÇÃO HORIZONTAL PN16 CORPO EM BRONZE 100 MM	UNID	5	R\$ 2.256,67	R\$ 11.283,35
120	VALVULA RETENÇÃO HORIZONTAL PN16 CORPO EM BRONZE 75 MM	UNID	2	R\$ 1.240,00	R\$ 2.480,00
121	VALVULA RETENÇÃO HORIZONTAL PN16 CORPO EM BRONZE 60 MM	UNID	10	R\$ 748,33	R\$ 7.483,30
122	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA DE 60MM X 2 POLEGADAS	UNID	20	R\$ 45,33	R\$ 906,60
123	ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA DE 75MM X 2.1/2 POLEGADAS	UNID	4	R\$ 101,00	R\$ 404,00
124	ADAPTADOR PVC BOLSA ROSCA MACHO 100 X 4 POLEGADAS	UNID	10	R\$ 56,67	R\$ 566,70





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

125	EXTREMIDADE DN 150 X 6 DEFOFO COM FLANGE	UNID	10	R\$ 2.323,33	R\$ 23.233,30
126	EXTREMIDADE DN 200 X 8 DEFOFO COM FLANGE	UNID	10	R\$ 2.260,00	R\$ 22.600,00
127	NIPEL PVC ROSCAVEL REDUÇÃO 3/4 X 1/2	UNID	200	R\$ 60,00	R\$ 12.000,00
128	JOELHO 90° PVC DE REDUÇÃO 3/4 X 1/2	UNID	100	R\$ 13,70	R\$ 1.370,00
129	VALVULA BORBOLETA TIPO WAFER CORPO FERRO FUNDIDO 4 POLEGADAS	UNID	10	R\$ 1.230,00	R\$ 12.300,00
130	VALVULA BORBOLETA TIPO WAFER CORPO FERRO FUNDIDO 6 POLEGADAS	UNID	6	R\$ 1.616,67	R\$ 9.700,02
131	VALVULA BORBOLETA TIPO WAFER CORPO FERRO FUNDIDO 8 POLEGADAS	UNID	16	R\$ 2.746,67	R\$ 43.946,72
132	VALVULA BORBOLETA TIPO WAFER CORPO FERRO FUNDIDO 12 POLEGADAS	UNID	2	R\$ 7.400,00	R\$ 14.800,00
133	REGISTRO VALVULA GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGEADA PN 16 DN 150 MM	UNID	2	R\$ 9.116,67	R\$ 18.233,34
134	REGISTRO GAVETA FERRO FUNDIDO DN 150 MM	UNID	2	R\$ 7.490,00	R\$ 14.980,00
135	REGISTRO VALVULA GAVETA FERRO FUNDIDO FLANGEADA PN 16 DN 200 MM	UNID	2	R\$ 14.576,67	R\$ 29.153,34
136	REGISTRO GAVETA FERRO FUNDIDO DN 200 MM	UNID	2	R\$ 7.541,67	R\$ 15.083,34
137	REGISTRO VALVULA GAVETA FOFO BOLSA DN 200 MM	UNID	4	R\$ 7.541,67	R\$ 30.166,68
138	VALVULA DE RETENÇÃO FECHAMENTO RAPIDO TIPO WAFER DN150	UNID	2	R\$ 8.006,67	R\$ 16.013,34
139	VENTOSA COMBINADA/TRIPLICE FUNÇÃO, MOD. C10,2" DN 50, ROSCA MACHO PN10	UNID	15	R\$ 762,50	R\$ 11.437,50
140	COLAR TOMADA FERRO FUNDIDO 200 MM X 60 MM	UNID	5	R\$ 1.495,00	R\$ 7.475,00
141	COLAR TOMADA FERRO FUNDIDO 150MM X 60MM	UNID	5	R\$ 828,33	R\$ 4.141,65
142	COLAR TOMADA FERRO FUNDIDO 100MM X 60MM	UNID	5	R\$ 656,67	R\$ 3.283,35
143	CABO FLEXIVEL 70MM ROLO COM 100 METROS	ROLO	1	R\$ 13.933,33	R\$ 13.933,33
144	CABO FLEXIVEL 35MM ROLO COM 100 METROS	ROLO	1	R\$ 7.616,67	R\$ 7.616,67
145	TERMINAL OLHAL METRICO 70MM	UNID	10	R\$ 25,00	R\$ 250,00
146	CONECTOR FENDIDO 70MM	UNID	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
147	CONECTOR FENDIDO 35 MM	UNID	10	R\$ 34,30	R\$ 343,00
148	CHAVE DE PARTIDA SOFT STARTER -171ª	UNID	5	R\$ 8.025,00	R\$ 40.125,00
149	Disjuntor caixa moldada tripolar 250ª	UNID	5	R\$ 1.165,67	R\$ 5.828,35
150	AMPERIMETRO DIGITAL 96X96	MÊS	5	R\$ 196,33	R\$ 981,65
151	Transformador de corrente TC 200/5	UNID	5	R\$ 434,33	R\$ 2.171,65
152	MODULO HMI	UNID	5	R\$ 1.273,33	R\$ 6.366,65
153	Botão de emergencia com bloco fechado	UNID	5	R\$ 56,83	R\$ 284,15
149	KIT CAVALETE PVC SIMPLES 1/2 COM REGISTRO	UNID	100	R\$ 206,33	R\$ 20.633,00
150	TUBOS DE PVC PBA CLASSE 15 JEI MARROM 60MM BARRA COM 06 METROS	UNID	75	R\$ 328,67	R\$ 24.650,25





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

151	TUBOS DE PVC OCRE JEI NBR7362 DN 110 MM BARRA COM 06 METROS	UNID	125	R\$ 2.205,00	R\$ 275.625,00
152	TUBO DE PVC JEI 110 MM MARROM PARA AGUA	UNID	50	R\$ 1.308,33	R\$ 65.416,50
153	TUBOS DE PVC OCRE 150MM JEI NBR 7362 DN, BARRA COM 06 METROS	BARRA	100	R\$ 1.211,67	R\$ 121.167,00

1.2. O quantitativo para a contratação do exercício de 2026, fora tomado como base ao Documento de Formalização de Demanda ID (251134), confeccionado pelo setor demandante.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze), contados a partir da data de assinatura do contrato, conforme previsto no art. 105 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período.

1.5. A ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares de item 5 e 6, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual (PAC), devido o referido plano ainda não ter sido elaborado, entretanto encontra-se previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares de item 7 apêndices deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Aquisição de Material de Consumo, sendo Materiais Hidráulicos, Elétricos, Ferramentas e Materiais para Construção, destinado a necessidade Autarquia Municipal do Serviço





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo

Comissão Permanente de Compras - CPC

Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Nova Brasilândia D'Oeste - Ro, com nos mínimos das especificações da tabela do item 1.1.

4.2. Os requisitos da contratação como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares de item 4, apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecedor deve possuir capacidade logística para atender as localidades de entrega do SAAE conforme a demanda a ser apresentada. Isso garante que a autarquia seja atendida de maneira eficaz e no tempo e prazo adequado. Definição do local de entrega dos materiais podendo sofrer alterações, a saber: Rua Pirarara S/N setor 13, (antiga caixa d'água) Nova Brasilândia d'Oeste-RO CEP 76.958.000.

5.2. Os materiais hidráulicos, ferramentas e materiais de construção, deverão ser entregues das 07:00 as 17:00 horas de segunda a domingo nas dependências da Estação de Tratamento de Água (ETA) do SAAE, localizado na Rua Pirarara S/N, setor 13, (Referência: Antiga caixa d'água do SAAE), CEP 76.958.000.

5.3. Os materiais elétricos deverão ser entregues das 07:00 as 13:00 horas nas dependências do escritório de atendimento ao cliente do SAAE, localizado na Avenida JK, número 3492, centro, CEP 76.958.000.

5.4. O fornecedor deve garantir o cumprimento de prazos de entrega de forma regular, a fim de evitar interrupções no fornecimento de materiais. O cronograma de entrega deve estar alinhado com a demanda da autarquia, especialmente no que tange os materiais hidráulicos e elétricos, que possuem necessidades constantes.

5.5. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados a partir do envio da nota de empenho ao fornecedor.

5.6. Porém o prazo para entrega dos materiais constantes nos itens 67, 68, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139 e 140 será de 30 dias úteis, contados a partir do envio da nota de empenho ao fornecedor.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

5.7. A diferença de prazo de entrega entre os itens destacados no subitem anterior e os demais itens, se faz necessário tendo em vista, possível complexidade de mercado para aquisição e fornecimento imediato dos produtos em supra. Porém, em havendo condições logísticas, o fornecedor poderá entregar todos os produtos sem distinção de prazo desde que observando o prazo menor, quanto a isso não haverá objeção ao seu cumprimento, vedado a vinculação da entrega dos demais itens objeto deste Termo de Referência na tentativa de unificar as entregas no prazo maior.

5.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.9. As entregas poderão ocorrer fora deste horário, desde que devidamente autorizado pelo responsável pelo SAAE.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. Produtos com garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega (quando cabível).

5.11. Sempre que possível, deve-se priorizar a aquisição de materiais com menor impacto ambiental, como produtos biodegradáveis e recicláveis. Isso é especialmente importante para itens fabricados ou derivado dos plásticos ou materiais em alumínio que possam gerar compensação ao meio ambiente, tendo em vista a maior probabilidade de reciclagens de materiais descartados e fora de uso.

5.12. Produtos com prazo de validade inferior ao estabelecido serão automaticamente recusados pelo setor responsável (quando cabível), sem quaisquer ônus para a Administração.

5.13. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.14. Os itens deverão ser entregues em suas embalagens originais, lacradas e invioladas, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e validade, em conformidade com normas da ANVISA (quando cabível).

5.15. Não serão aceitos produtos com sinais de avaria, violação, rasgos ou alterações em sua embalagem (quando cabível).

5.16. Caso sejam constatados defeitos, vícios ocultos, de baixa qualidade ou vergências em relação ao edital ou avarias durante o transporte, a empresa contratada terá o prazo máximo de 15





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

(quinze) dias corridos para providenciar a substituição imediata dos produtos da mesma qualidade ou melhor qualidade, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.17. Para materiais de maior durabilidade como produtos em plásticos, ferro fundido e produtos elétricos devem ser considerados eventuais vícios ocultos na hipótese de descobrimento posterior, devendo ser objeto de responsabilização e cumprimento da garantia, substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da solicitação formal da contratante.

5.18. O prazo poderá ser reduzido em caso de risco à saúde dos usuários, levando em conta que a prestação de serviços do SAAE é algo essencial para toda a população, ficando a contratada obrigada a substituição em caráter emergencial.

5.19. A contratada será responsável por eventuais danos decorrentes do fornecimento de produtos impróprios para o consumo, vencidos ou em desacordo com as especificações técnicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 25, §1º, bem como conforme disposto nos arts. 18 a 20 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

5.20. Os produtos entregues estarão sujeitos à conferência e fiscalização pelo setor competente, podendo ser rejeitados total ou parcialmente caso não atendam às exigências do edital e do termo de referência.

5.21. O prazo indicado no item 5.16, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.22. Em caso de rejeição, a contratada deverá providenciar a **troca imediata** dos itens, correndo todas as despesas por sua conta e risco.

5.23. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.24. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.25. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a necessidade do setor demandante, conforme ETP.

Exigências de habilitação

8.2. As empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Apresentar Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, bem (ns) de natureza semelhante do objeto licitado. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado (s), devidamente assinado (s), carimbado (s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, compatível com o objeto desta licitação.
- b) Autorização (ões) para transporte do produto, da CONTRATADA ou transportadora responsável, emitida (s) pelo (s) Órgão (s) de Controle Ambiental do (s) Estado (s) onde ocorrerá o transporte. Deverá ser apresentado na forma original ou cópia autenticada.
- c) Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa participante da licitação, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76, Decreto Federal nº. 8077/2013 e Portaria Federal nº. 2.814 de 29/05/98;

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. A aquisição de Material de Consumo, sendo Materiais Hidráulicos, Elétricos, Ferramentas e Materiais para Construção destinado ao SAAE é considerada de baixa complexidade, não envolvendo riscos significativos para a administração pública, tratando-se de contratação com entrega parcelada, o que justifica a dispensa da exigência do balanço patrimonial, conforme previsto no art. 70, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021, também pode ampliar a participação de fornecedores no processo de contratação, favorecendo a competitividade e a obtenção de preços mais vantajosos para a administração pública.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.744.006,74 (TRÊS MILHÕES SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, SEIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS15)**, conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço anexa ao ETP, realizada com base no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho 2021.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente de eventual contratação ocorrerá por conta dos recursos consignados à Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste pela Lei Orçamentária Anual e recursos oriundos de convenio com demais entes da federação.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Caberá à CONTRATANTE:

11.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual por intermédio do fiscal designado anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

11.1.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO relativos à execução do objeto da contratação;

11.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

11.1.4. Assegurar que os produtos descritos neste instrumento somente sejam entregues unicamente pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado previa e expressamente;

11.1.5. Realizar rigorosa conferencia das características dos itens fornecidos por meio da Comissão de Recebimento designada ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou da parte da entrega a que se referirem;

11.1.6. Rejeitar no todo ou em parte bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

11.1.7. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;

11.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

11.1.9. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

11.1.10. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no instrumento Convocatório.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá à CONTRATADA:

12.1.1. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigida no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

12.1.2. Proceder a entrega dos bens, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente para conferência;

12.1.3. Entregar os bens adquiridos sempre dentro dos prazos de validades legais;

12.1.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

12.1.5. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

12.1.6. Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;

12.1.7. Ter responsabilidade objetiva pelos serviços realizados, empregado funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventual substituição do preposto indicado;

12.1.8. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;

12.1.9. Responder pelos danos, de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação ou de omissão dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

12.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios defeitos ou incorreções;

12.1.11. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

12.1.12. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens inclusive licença em repartições públicas e registros se necessário;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

12.1.13. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

12.1.14. Responder pelos danos causados diretamente à Estação de Tratamento de Água e esgoto (SAAE) ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluído ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pelo Órgão demandante;

12.1.15. Comunicar à administração do SAAE, por escrito qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

12.1.16. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em instrumento Convocatório.

12.1.17. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura:

13.1.1. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos da finalização do curso, a contratada deverá emitir da Nota Fiscal e a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista para que os fiscais possam atestar e encaminhar para pagamento;

13.1.2. O atesto da Nota Fiscal será realizado pelo Fiscal do contrato que será responsável pelo acompanhamento da execução.

13.1.3. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “14.1.2”, “14.1.3” e “14.1.4” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “14.1.5”, “14.1.6”, “14.1.7” e “14.1.8”, bem como nos subitens “14.1.2”, “14.1.3” e “14.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

14.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

14.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

14.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 18 de maio de 2026.

Elaborado com base em dados fornecidos pelas Secretarias (ETP):
Reithideli Cardoso do Nascimento
Assessora/Equipe de Apoio
Port. nº 293/GP/2025
(assinado eletronicamente)

Aprovado por:





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Comissão Permanente de Compras - CPC

Diretor Superintendente do SAAE
Erick Araujo Perrut – Portaria 400/GP/2025
(assinado eletronicamente)

Clodoaldo Alves Pedroso
Prefeito
(assinado eletronicamente)

